

DO ANALÓGICO AO DIGITAL: DEMOCRACIA, INTERNET E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Júlio Cesar Andrade de ABREU¹
José Antonio Gomes de PINHO²

RESUMO: O presente artigo versa sobre a temática da participação popular no sistema democrático mediada pela internet. O referencial teórico empregado parte de um quadro que analisa a democracia e o sistema político em contexto de uma crise de legitimidade. Na contemporaneidade, marcada pelo procedimentalismo democrático, este quadro é agravado pela velocidade e influência das novas tecnologias fazendo despontar um tipo emergente de participação na gestão pública, que faz uso das tecnologias para potencializar seus efeitos, trata-se da *e-democracy*. Um caso recente de democracia eletrônica no cenário brasileiro é o objeto do presente artigo: o Orçamento Participativo Digital da cidade de Belo Horizonte - MG. Este artigo busca analisar esta experiência, identificando suas características e desenhando seu histórico. Recupera-se uma trajetória que tem no orçamento participativo “presencial”, ou “analógico” seu nascedouro, até chegar a sua versão digital. A metodologia de trabalho utilizada é de estudo de caso único de natureza analítico – interpretativo. Os métodos empregados foram a Pesquisa Documental e a Observação Direta. Chega-se a conclusão de que o potencial das tecnologias da informação foi apropriado pelo OP Digital. Entretanto alerta-se sobre o risco de se cair em um instrumentalismo destas iniciativas de *e-democracy* fazendo com que, neste caso, mais participação não seja necessariamente mais democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Internet. Orçamento Participativo Digital.

Introdução

Com o advento das novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) várias possibilidades de transformação estão sendo criadas na economia, na cultura e na política da sociedade globalizada (CASTELLS, 2007). Em termos políticos, mais especificamente na democracia, a influência das TICs trouxe consigo um novo conceito: *e-democracy*. Neste contexto, muitas foram as promessas que davam conta de um ressurgimento da ágora grega onde a participação popular seria algo real, entretanto diversos são os motivos que impedem este revigoramento democrático, ainda que tecnicamente seja possível imaginá-lo. A democracia eletrônica (*e-democracy*) ainda parece algo distante. Um dos motivos para isso

¹ UFF - Universidade Federal Fluminense. Pólo Universitário de Volta Redonda. Volta Redonda - RJ – Brasil. 27213-415 - julioabreu@vm.uff.br

² UFBA - Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. Salvador - BA – Brasil. 40110-100 - jagp@ufba.br

seria o fato de que o próprio conceito de democracia representa um campo de fortes disputas ideológicas e que conferem sentido a diversas práticas “democráticas”.

O presente estudo tem por objetivo analisar uma experiência específica de democracia eletrônica vivenciada em Belo Horizonte – MG. Trata-se do Orçamento Participativo Digital (OPD). Busca-se apreender a trajetória desta experiência de *e-democracy* desde seu formato “analógico”³, através do orçamento participativo tradicional, até sua formatação “digital”. Na atualidade, ambas as modalidades de participação democrática (digital e tradicional ou regional) são empregadas pela prefeitura local. O que se pretende com esta análise é compreender a evolução histórica desta experiência, suas características e de que forma ela contribui com o atual debate sobre democracia eletrônica e sobre a democracia de um modo mais amplo.

Para tanto o artigo encontra-se organizado do seguinte modo: em uma primeira sessão realizará uma breve reflexão teórica sobre a democracia representativa, a crise de legitimidade do sistema político e a emergência do debate sobre a democracia participativa e modalidades de participação eletrônica (*e-democracy*). Em seguida será apresentada a trajetória da experiência mineira do Orçamento Participativo Digital. De foro mais descritivo, este tópico tem por objetivo resgatar o histórico desta experiência digital visitando sua gênese no OP “presencial”, destacando suas características e principais números que envolvem esta tecnologia de participação. Finalmente o último tópico buscará promover um diálogo entre as duas sessões anteriores, ocasião em que a prática será lida à luz da teoria.

A metodologia de trabalho utilizada é de estudo de caso único de natureza analítico – interpretativo. Os métodos empregados foram a Pesquisa Documental e a Observação Direta. Foram consultados documentos da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) sobre o OP Digital (BELO HORIZONTE, 2007, 2008a, 2008b) e observação direta junto ao *site* do OP Digital durante o período de 20 de novembro de 2008 a 10 de janeiro de 2009, quando foram analisados os canais de participação digital fornecidos pelo *site*, em especial a ferramenta de “Debate – Opinião do Cidadão”.

Democracia e participação no contexto eletrônico: o desgaste do modelo representativo e a emergência de modelos alternativos

Constata-se sob diversos vieses que o modelo atual de democracia (representativa

³ A expressão “analógico” é aqui empregada como contraponto à expressão “digital”, não tendo qualquer vinculação com sua significação literal encontrada em dicionários.

liberal) beira o esgotamento (SANTOS, 2002; WOOD, 2003; AVRITZER, 2006; CASTELLS, 2007). São várias denominações, como democracia hegemônica (SEMINÁRIO..., 2009; SANTOS, 2002; AVRITZER, 1996) e democracia de mercado (RANCIÈRE, 2007) para ilustrar que o atual modelo democrático não responde aos principais anseios da sociedade, seja por estar castrado da dimensão econômica, seja pela incompatibilidade entre democracia e capitalismo (WOOD, 2003).

Para Oliveira (2001) a democracia representativa é insuficiente para dar conta da separação que existe entre governantes e governados na atualidade. Na visão do autor o atual modelo democrático favorece nitidamente uma classe social uma vez que “[...] essa separação aparece como vantajosa para os grandes grupos econômicos e grupos políticos que formam uma verdadeira oligarquia, mas é inteiramente daninha para o cidadão comum.” (OLIVEIRA, 2001, p.14).

Um sinal de desgaste é percebido quando a democracia, que deveria ser um processo dialógico, é cooptada por uma lógica utilitarista que aprisiona todas as dimensões da sociedade (FREITAG; ROUANET, 2001). Em um movimento hegemônico, um grande consenso social é formado, e em alguns casos este se transforma em resignação diante da impotência frente ao sistema (SEMINÁRIO..., 2009). O movimento contrahegemônico, vivo principalmente em organizações e movimentos populares de base, busca alternativas para a democracia representativa. Estes movimentos juntamente com o pensamento crítico da academia, sem dúvida, suscitam questões de fundo, mais profundas, como por exemplo, as indagações sobre a “compatibilidade” entre uma democracia de não-mercado, ou seja, fundamentada em outra lógica, que não a estritamente mercadológica, unidimensional como advoga Ramos (1989) e uma sociedade de mercado

Uma proposta que emerge como resposta contrahegemônica é o orçamento participativo (SANTOS, 2002; AVRITZER, 2006; MARQUETTI et al., 2008), enquanto experimentação para uma nova democracia, uma democracia participativa. Uma das propostas dos movimentos contrahegemônicos é a criação de mais canais de participação para interferência na agenda pública, numa clara tentativa de equilibrar o jogo de forças políticas e compartilhar (ainda que parcialmente) o poder (MARQUETTI et al., 2008).

O cenário de esgotamento da democracia hegemônica sofreu uma aceleração sob a revolução informacional (LOJKINE, 1999, 1995). Com o avanço das TICs e em especial a internet, novas questões foram postas para debate (CUNHA; ALLEGRETTI; MATIAS,

2007). A internet enquanto ferramenta de comunicação é capaz de fornecer respostas contrahegemônicas para o dramático caso de enfraquecimento da democracia? A sociedade civil organizada pode se valer da internet para confecção de novos canais de participação democrática? Que alternativa os governos populares podem encontrar para viabilizar a democracia participativa através da internet? A emergente *e-democracy* é realmente uma democracia radical e contrahegemônica? São alguns questionamentos possíveis neste contexto digital. Algumas pesquisas, como Pinho e Winkler (2007) e Pinho (2008), sugerem que se deve observar para além do viés tecnológico, advogando que

[...] o problema aqui não é de tecnologia, mas de cultura política, de desenvolvimento político. Assim, temos muita tecnologia, ainda que ela possa e deva ser ampliada, mas pouca democracia, pois a tecnologia que poderia ser usada para o aperfeiçoamento democrático não é mobilizada nesse sentido. (PINHO, 2008, p.492).

Ao se visitar a literatura sobre democracia eletrônica e participação social (*e-participation*, *e-government*, *e-democracy* e *e-citizen*) constata-se que os pesquisadores se dividem em três grupos: os entusiastas, os pessimistas e os que imputam ao projeto de participação eletrônica as características que a ferramenta *on-line* irá possuir. Gomes (2005) corroborando Dahlgren (2001), afirma que hoje as pesquisas devem deixar de lado o quanto antes a perspectiva do diagnóstico. Isso porque os pesquisadores ainda não produziram reflexões suficientemente elaboradas e coesas que aportem os trabalhos na área. Gomes (2007b) critica a frágil fundamentação teórica nos estudos sobre *e-democracy*, principalmente no que tange a compreensão da democracia. E como afirmam Lilliker e Jackson (2004, p.2) “[...] *academic commentators are only slowly building theories to help explain what influence the Internet has, or might have, on political systems and society.*”

Desta relação entre a democracia e o digital se originaram vários termos⁴ como *e-democracy*, *cyberdemocracy*, *eletronic democracy* e *virtual democracy*. Em língua portuguesa as expressões são igualmente ricas como democracia digital, virtual, teledemocracia, democracia eletrônica entre outros. O debate sobre democracia, política e sua relação com as TICs tem permeado grande parte da literatura sobre ciberespaço e política, principalmente a

⁴ Gomes (2007a, p.1-2) afirma que “[...] em língua portuguesa, porém, a expressão mais adotada é “democracia digital””, com quatro vezes (209.000) mais respostas do que a segunda alternativa, “ciberdemocracia”, seguida, a muito boa distância, por “democracia virtual” e, por último, “democracia eletrônica”. Dada a miscelânea da terminologias, as expressões serão utilizadas neste paper como correlatos juntamente com seus equivalentes em inglês.

partir de 1990 (SILVA, 2006). Entretanto, este crescimento ainda carece de uma base metodológica e de fundamentos teóricos mais rígidos, como defende Gomes (2007a) e mesmo Silva (2006), o qual afirma que “[...] apesar do crescimento de estudos empíricos desta natureza, ainda não há clareza quanto às especificidades teóricas e caminhos metodológicos que devem balizar o estudo de aspectos da democracia digital.” (SILVA, 2006, p.1).

O termo “democracia” dentro da “democracia digital” é compreendido de acordo com a abordagem adotada. Para um primeiro grupo de pesquisadores, dentro de uma visão mais mecanicista (ou factual como prefere nomear GOMES, 2007a) a *e-democracy* é apenas uma digitalização dos processos democráticos. Seria a forma de democracia que se pratica usando os instrumentos digitais. Nesse sentido, o voto eletrônico é uma manifestação inequívoca da e-democracia. Mas isto é muito pouco, é apenas um momento, ainda que supostamente sublime da vida democrática. Pensando-se em democracia digital deve-se pensar na utilização *ad nauseum* de todos os recursos digitais para a construção de um novo patamar de democracia, contemporâneo por excelência. Uma vez admitida a ideia de que um estado é democrático, supõe-se, nesta abordagem, que todas as iniciativas empreendidas que façam referência a democracia e às TICs sejam *e-democracy*. Logo, transparece a visão de que um estado sendo democrático todas suas instâncias processuais, de justiça e de governo são democráticas, de tal modo que os dispositivos digitais conduziriam a democracia digital. Contrapondo-se a esta visão existe uma ideia prescritiva, vinculada aos modelos de democracia. Tal visão sustenta que a *e-democracy* não é toda e qualquer iniciativa eletrônica dentro de um ambiente democrático, mas admite somente aquelas iniciativas voltadas para a promoção de um ambiente participativo ou que visem recuperar ou corrigir o déficit democrático de uma dada sociedade (GOMES, 2007a). Subirats (2002, p.1) advoga que existem três possibilidades para as TICs em relação à democracia “[...] *pueden agravar los problemas que hoy presenta la democracia parlamentaria, pueden ayudar a solucionar o superar esos problemas, o pueden crear problemas nuevos que las propias TIC no sean capaces de resolver.*”

Esta dicotomia que está presente na própria conceituação é refletida em alguns trabalhos da área. Para um grupo de pesquisadores (GUGGENBERGER, 1999; WINKEL, 2001 apud REZENDE; FREY; BETINI, 2003; ECO, 2006) a internet poderia afundar as pessoas em um mar de informações que causariam prejuízos a prática cidadã.

Um segundo grupo vê a internet de modo otimista (RODGERS, 2003; LEVY, 2003; STONE, 1996; COLEMAN, 2001 apud LILLIKER; JACKSON, 2004 vislumbrando uma revolução nos processos democráticos.

Um terceiro grupo se afasta das dicotomias entre apocalípticos e integrados e adota um discurso mais sóbrio e menos romantizado (GOMES, 2007a; 2005; HACKER, 2004; SILVA, 2006; ROTHBERG, 2008). Aqui os autores defendem que a internet é apenas uma ferramenta e, como tal, depende de quem a maneja para conferir determinado caráter político a sua ação. Santos (2002) reforça que a democracia digital pode contribuir com as práticas participativas, desde que sejam claramente definidos os objetivos e desenhos de tais práticas. Ou seja, os projetos de *e-democracy* podem tanto contribuir para a emancipação das pessoas como aprofundar ainda mais a exclusão social. Gomes (2007a), contudo, alerta para o grave problema teórico que é vislumbrar uma democracia eletrônica que suprima o estado, como afirmou Rodgers (2003 apud LILLIKER e JACKSON, 2004) e como defendem algumas correntes participacionistas.

Gomes (2007a) diz que separar o povo (*demos*) da democracia é tão descabido quanto ignorar o *krátia* (governo, poder). Uma visão só faz sentido junto a outra. Em termos de disputa hegemônica a democracia atual no cenário brasileiro funciona sem o povo, à exceção do dia da votação. Tem-se a impressão que somente no dia do sufrágio universal é que o *demos* e o *krátia* são integrados. Após isso o *demos* segue sua vida e o *krátia* também segue a sua, se não totalmente separados ao menos desinteressados uns pelos outros. Em democracia não há o tratamento do termo sociedade, se não sociedade civil. Sociedade civil (não no sentido gramsciano) que é um termo muito empregado na área da teoria política e que tem na expressão “civil” um grande peso teórico e etimológico. Civil vem de *civis*, cidadão, ou seja, o *civis* não é simplesmente o morador (*íncola*) da cidade (*urb*), mas sim a contraparte da *civitas*; a cidadania, a *civitas* não é neste sentido uma circunstância, mas um *status*. Logo, a *civitas* e o *civis* se completam e se explicam (GOMES, 2007a).

Quando se fala em democracia eletrônica (ou mesmo qualquer outra temática que envolva a democracia) não faz sentido deixar de lado as dimensões *civis* e *civitas*. Esta é uma limitação da argumentação participacionista a que se refere Gomes (2007a). Para Santos (2002) a superação de um modelo esgotado de democracia representativa, que supere as dicotomias entre o *civis* e a *civitas* e entre o *demos* e o *krátia*, deve buscar necessariamente, rever o *status* decisório, a chamada tecnoburocracia da agenda pública, o procedimentalismo (focado no sufrágio universal) e o controle (foca em aspectos extremamente técnicos e limitado por uma rígida burocracia). Para Santos (2002) pensar o revigoramento burocrático, significa contrapor a tecnoburocracia pela tecnodemocracia (combinação de critérios técnicos decisórios com a opinião popular), o procedimentalismo pelo participacionismo, deixando que os cidadãos decidam sobre o desenho institucionalformato que se integrem nos negócios da

coisa pública para além do voto periódico ampliando o controle social.

Uma experimentação democrática recente sugere uma hibridação entre tecnologias da informação e comunicação e participação política: o OP Digital que o município de Belo Horizonte/MG implementou em 2006. Esta iniciativa é considerada um exemplo de *e-democracy*. Na primeira votação pelo sistema do OP Digital a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) registrou mais de 172 mil votos computados. Ao se observar o volume de participação do OP Tradicional, presencial, constata-se a participação de aproximadamente 38 mil pessoas no mesmo período (CUNHA; ALLEGRETTI; MATIAS, 2007). É um alargamento quantitativo inquestionável. O que é passível de questionamento e chama a atenção é a qualidade desta participação digital. O governo municipal divulga que esta iniciativa é um meio de fortalecimento democrático e que estimula a participação e a cidadania (BELO HORIZONTE, 2008a), fundamentando este argumento principalmente nos números do OPD. Para conhecer melhor esta iniciativa tão recente, é necessário conhecer toda sua trajetória, desde o formato exclusivamente “analógico” ao formato “digital”. Nos próximos tópicos esta trajetória será deslindada, do histórico do OP no Brasil e suas diferentes características ao OPD de Belo Horizonte/MG.

Orçamento participativo: caracterização e histórico

O Brasil tem se destacado na busca por um aprofundamento da democracia participativa num cenário dominado pela democracia representativa (MARQUETTI et al., 2008). Este aprofundamento ocorre por meio de vários institutos participativos, dos quais o mais pesquisado e conhecido é o Orçamento Participativo (OP). O OP é um arranjo institucional que amplia as possibilidades de participação política na gestão pública municipal arena pública para o debate e a negociação, que na visão de Marques et al. (2006) se constitui em uma arena de disputa entre interesses hegemônicos e contrahegemônicos. Na visão de Avritzer (apud SANCHEZ, 2002, p.25),

[...] a proposta de orçamento participativo foi gerada na intersecção entre sociedade civil e administração estatal, o que possibilitou que a identificação de um tema contencioso – no caso o orçamento – fosse transformado em uma proposta de participação dos atores comunitários na elaboração do orçamento.

O OP tem sido implantado em vários municípios ao longo dessas duas últimas décadas

e possui uma metodologia que varia de acordo com a realidade de cada município, e sobretudo com o desenho institucional adotado. Não existe um desenho institucional padrão. Em linhas gerais, no entanto, a maioria das experiências segue uma série de etapas encadeadas de elaboração, discussão do orçamento, apreciação, execução e avaliação (GONÇALVES, 2005). Tal sequência é realizada normalmente através de assembleias ou plenárias populares, abertas à participação direta de todos os cidadãos, bem como fóruns onde a participação acontece através de delegados eleitos pelos participantes nas assembleias e plenárias.

Experiência do orçamento participativo no Brasil

A literatura sobre OP aponta para três fases históricas. A primeira, conta com algumas experiências precursoras onde a terminologia “orçamento participativo” ainda não era utilizada. Fase experimental vai do final da década de 1960 até a promulgação da Constituição Federal de 1988. A segunda fase será aqui denominada de “consolidação”. Refere-se ao período de 1989 a 1992, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) empreendeu uma série de iniciativas, já nomeadas de orçamento participativo, em parte das 36 prefeituras que conquistou nas eleições de 1988 (PIRES, R., 2001). A terceira fase foi a da “proliferação”, remetendo ao período de 1993 a 2000. Podendo ser “[...] caracterizada pela ampliação do número de protagonistas, incluindo prefeituras petistas e não petistas, além de iniciativas tomadas por entidades e organizações não-governamentais.” (PIRES, R., 2001, p.18). A última fase remete ao período que vai de 2001 até os dias atuais. Trata-se de um momento de reflexão da experiência. Onde vários estudos avaliativos dos mais diversos matizes estão realizados e novas experiências de OP despontam, como o Orçamento Participativo Digital (OPD). A seguir serão detalhadas as quatro fases aqui estabelecidas.

Do experimentalismo ao OP digital

Esta primeira fase aconteceu em um período de repressão e luta pela liberdade política que fora cerceada pela Ditadura Militar (1964-85). A maioria dos trabalhos acessados para compor esta revisão de literatura afirma que as experiências precursoras do OP ocorreram nas cidades de Lajes (SC) e Boa Esperança (ES) (PIRES, R., 2001; GONÇALVES, 2005; FEDOZZI, 2007; SANCHEZ, 2002, PIRES, V., 2000). Entretanto, em recente seminário

realizado na cidade baiana de Feira de Santana, foi exposta a iniciativa de Chico Pinto (BAPTISTA, 2013), prefeito eleito pelo voto direto em 1962 que realizou uma política similar ao OP, aproximando os cidadãos e as cidadãs da administração pública (mesmo contrariando a Câmara de Vereadores e os interesses econômicos da época). Somadas as experiências de Feira de Santana (BA), Lajes (SC) e Boa Esperança (ES), têm-se o primeiro bloco de iniciativas que serviram de base precursora do atual OP. Segundo Roberto Pires uma pressão de cunho municipalista estava ganhando força e vinha cada vez mais

[...] reivindicando maior poder e mais recursos para os governos locais. Num contexto de forte centralização dos recursos e do poder, o espaço local e a proximidade com os cidadãos tornaram-se ingredientes importantes para manter a esperança e para vislumbrar alternativas, num tempo de dificuldades econômicas e de crise urbana. A partir disso e de amplas mobilizações de rua, permeadas por manifestações populares pontuais (contra o desemprego, contra a dívida externa, pela reforma agrária, greves etc.), a idéia e a prática da participação vão sendo resgatadas do fundo do escuro poço em que fora lançada por anos de repressão à liberdade de expressão e de manifestação política. (PIRES, R., 2001, p.19).

As experiências deste primeiro período podem ser consideradas uma manifestação de rejeição e resistência ao regime militar, já que ocorreram num contexto de oposição ao regime culminando no movimento das “Diretas-Já” e na Constituinte de 1988 (PIRES, R., 2001).

A-segunda fase remete ao período de 1989 a 1992 e é chamada por alguns autores de fase “petista” (PIRES, R., 2001). De fato, nesta fase o PT havia conquistado a maior quantidade de prefeituras de sua história até aquele momento eleitoral, começando a deixar de ser um partido considerado “nanico”. Segundo Roberto Pires (2001, p.20), o PT contava

[...] com uma militância mais orgânica do que a média dos demais partidos, imprime um “modo de governar” que torna-se sua marca: chamando a população para decidir junto, visando “desprivatizar o público”, combater a forma elitista tradicional de governar. O Orçamento Participativo ganha destaque neste ideário e nas decisões de governo.

Num contexto de crise do Estado desenvolvimentista e de a crise da ditadura militar, verificou-se a emergência de uma gama de forças sociais e políticas oriundas das alas progressistas da Igreja vinculadas à Teologia da Libertação e de movimentos sociais e sindicais, que passaram a constituir o PT (SANCHEZ, 2002). Para o autor, o PT contribuiu fortemente para a consolidação de uma cultura política participativa. A partir dos anos 1990, o “modo petista de governar” e a tradição programática do partido fizeram com que o OP fosse

adotado em várias cidades administradas pelos petistas promovendo a “inversão de prioridades”⁵. São deste período as experiências de Porto Alegre – RS (uma das mais conhecidas), Ipatinga e Betim em Minas Gerais, Santo André, Piracicaba, Jaboticabal, São Paulo e Santos no estado de São Paulo. Deste modo, pode-se dizer que as iniciativas petistas se diferenciaram das demais experiências precursoras por dois motivos: passou a catalisar a participação popular focado em objetivos de curto prazo e imprimiu um caráter ideológico à prática orçamentária era lido pela opinião pública, pela militância e pelos eleitores como uma ação baseada no discurso socialista (PIRES, R., 2001).

Já para Fedozzi (2007) neste período o OP se consolidou como uma marca do “modo petista de governar” e ganhou notoriedade, inclusive internacional (principalmente pela experiência de Porto Alegre – RS). Porém, como admite Roberto Pires (2001), ainda que a participação política e o sentimento antiditadura estivessem impregnados nesta iniciativa, isso não foi o bastante para fazer com que esta experiência extrapolasse para além das prefeituras petistas neste período.

Entre 1993/2000 proliferaram-se as experiências de orçamentação participativa. Já o volume de pesquisas acadêmicas (PIRES, R., 2001; DUTRA; BENEVIDES, 2001) e matérias jornalísticas sobre a metodologia do OP fez com que o mesmo ganhasse grande visibilidade (inclusive internacional). Além disso, o PT, valendo-se da experiência acumulada com as iniciativas do período de 1989/1992, expandiu o OP para muitas outras cidades. Algumas experiências se consolidaram, outras fracassaram. Atualmente, não somente o Partido dos Trabalhadores, mas outras siglas partidárias também adotam o OP, inclusive partidos de direita e conservadores, o que demonstra haver uma proliferação desta experiência (vide Tabela 1). Avritzer (2009) mostra a evolução numérica do OP no Brasil e a relação com as administrações petistas, o que nos permite constatar que no período 1993/2000 a hegemonia da experiência já havia saído das mãos petistas:

Tabela 1 - Número de casos no OP no Brasil

Período	Total de experiências de OP	Experiências de OP em prefeituras do PT (%)
1989 - 1992	13	92%
1993 - 1996	53	62%
1997 - 2000	120	43%

Fonte: Avritzer (2009).

⁵ O conceito de inversão de prioridades envolve priorizar o atendimento de demandas daqueles que mais precisam colocam como prioridade o atendimento a população menos favorecida.

Os principais fatores que explicam esta fase de proliferação do OP são, segundo Roberto Pires (2001): (i) a percepção de que a participação popular era um atributo advindo da carta Magna de 1988; (ii) o controle social sobre a gestão da coisa pública, o que evitaria corrupção e mau uso do dinheiro público; (iii) o incentivo de agências internacionais como ONU e o Banco Mundial; (iv) a melhoria das políticas públicas e o sucesso eleitoral oriundos do exemplo de Porto Alegre.

A proliferação das experiências do OP trouxe uma mais inovação para o cenário democrático participativo. Inovações metodológicas e novos critérios técnicos surgiram ao longo do tempo, entretanto, algumas características comuns se acentuaram, o que acabou por dar contornos mais claros para esta experiência democrático-participativa, como a: participação aberta a toda a sociedade civil sem criação de nenhum diferencial ou distinção que limite ação política ou forneça maior peso a um determinado segmento social; combinação entre democracia representativa e direta permitindo aos participantes definirem as regras e a dinâmica interna do processo deliberativo, combinação entre critérios técnicos e a percepção da população para a tomada de decisão, deixando de lado a exclusividade dos critérios técnicos. Enfim, o número de experiências de OP continua crescendo. Segundo Avritzer (2009) no período de 2001 a 2004 foram registrados 190 casos e no período de 2005 a 2008 foram 201 casos, mostrando uma tendência de ampliação deste modelo de gestão pública participativa e popular. Dentre as experiências criadas nota-se o surgimento de experimentação das TICs com o OP, caracterizando um novo momento na trajetória do orçamento participativo.

Segundo Avritzer (2009, p.19), desde 2004 “assistimos a um momento de redefinição do OP”, processo que teve início com a derrota do PT ao governo municipal de Porto Alegre e de São Paulo em 2004.

Progressivamente, [o OP] parece assumir um lugar de potencializador de políticas participativas em cidades governadas por partidos de esquerda, em particular em áreas voltadas ao acesso à infraestrutura da população de baixa renda. (AVRITZER, 2009, p.19).

Este potencial de atendimento das demandas populares têm sido percebido principalmente em cidades de médio porte com boa capacidade administrativa e orçamentária. Estudos sobre o perfil dos municípios que utilizam o OP (GONÇALVES, 2005; FEDOZZI, 2007; AVRITZER, 2009) apontam cidades com mais de 100 mil habitantes, com sociedade civil relativamente organizada e normalmente governadas por partidos de esquerda, não

necessariamente o PT. Outro ponto percebido nesta fase de redefinição e digitalização do OP é a desconcentração das experiências do OP das regiões Sul e Sudeste do país, isto é, cada vez mais cidades da região Nordeste têm adotado o OP. Esta evolução de casos de orçamento participativo por região pode ser vista na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 - Porcentagem de experiências do OP por Região

	Períodos		
	1997-2000	2001-2004	2005-2008
Norte	2,5%	5,5%	8,5%
Nordeste	14,2%	22,6%	22,4%
Sul	39,2%	22,6%	21,9%
Sudeste	41,7%	45,2%	41,3%
Centro-Oeste	2,5%	4%	6%

Fonte: Avritzer (2009).

Esta fase é marcada pelas primeiras tentativas, de hibridização do OP com as tecnologias da informação e da comunicação (TICs). Diversos autores apontaram esta tendência (SANTOS, 2002; DUTRA; BENEVIDES, 2001; SANCHEZ, 2002). Para Cunha, Allegretti e Matias (2007, p.6)

[...] a “gramática” das relações entre OPs e TICs tem privilegiado uma posição “subordinada” das tecnologias, face as possibilidades de gastar energia e recursos (humanos e econômicos) na ativação de métodos “quentes” de interação entre atores territoriais. Consideradas como um “meio frio” de interação (a par dos referendos ou das pesquisas por questionário ou telefone), as TICs têm sido relegadas à esquina dos processos participativos, sendo as suas propostas submetidas a um controle posterior por parte das assembléias presenciais.

Dutra e Benevides (2001) defendem que o uso de novas tecnologias é uma tendência dada a necessidade de ampliar o OP para outras instâncias além dos municípios (como os estados por exemplo). A criação de arenas virtuais de debate poderia, na visão dos autores, abarcar mais pessoas para o processo participativo, onde a tecnologia serviria a democracia:

A informatização, a ciência e a tecnologia podem ser postas a serviço da democracia, possibilitando que muito mais pessoas participem intensamente do processo, independente de estarem ou não no local da assembléia. Mas é importante não perdermos o caráter da participação a mais direta possível e o valor da convivência comunitária. (DUTRA; BENEVIDES, 2001, p.35).

Para Boaventura de Sousa Santos (2002) as tecnologias da informação e os processos de democracia eletrônica devem ser empregados para a criação de “custos diferenciados de

participação”. Segundo o autor “[...] a introdução de referendos e o uso da democracia eletrônica (via internet) podem ser uma solução, desde que se determine o tipo de objetivos destas formas mais individualistas e menos intensas de participação.” (SANTOS, 2002, p.550). Ou seja, a combinação de institutos de participação (como o OP) com as TICs seria necessária, para que se diversifiquem os canais participativos, uma vez que com o crescimento e o reconhecimento da eficácia o OP ocorreria um aumento no volume de participação da população. Certamente o emprego de canais diferenciados poderia atender a uma demanda crescente por participação nos assuntos públicos (SANTOS, 2002).

Sanchez (2002, p.56) destaca que é

[...] necessária a articulação entre diferentes esferas de ação política em favor da participação democrática: de um lado a eficiência dos processos de tomada de decisão através da universalização do acesso às tecnologias de informação e de conhecimento; de outro lado, a intensificação, extensão e diversificação do uso de mecanismos participativos no processo de tomada de decisões públicas.

Em 2001 na cidade de Ipatinga – MG foi criado o Orçamento Participativo Interativo (FARIA; PRADO, 2003) que tornou possível a indicação de obras prioritárias para a cidade através de voto eletrônico via o *site* e telefone do OP Interativo. Segundo os autores

[...] mais do que identificar, sugerir e indicar investimentos prioritários, a população de Ipatinga pode acompanhar todo o processo, da licitação até a execução final, podendo assim cobrar maior eficiência administrativa, caso alguma obra esteja com problemas. (FARIA; PRADO, 2003, p.14).

A apropriação de informações é fundamental para uma prática participativa mais intensa. Assim sendo, segundo Faria e Prado (2003, p.11) o OP Interativo de Ipatinga conseguiu ser inovador neste aspecto:

Acesso significa a possibilidade de consultar ou adquirir informações governamentais eletronicamente; acessibilidade significa a facilidade com que alguém pode fazer uso da possibilidade de consultar informações governamentais eletronicamente. Em ambos os aspectos o Orçamento Participativo Interativo de Ipatinga é inovador.

Na esteira da inovação de Ipatinga, Belo Horizonte desenvolveu em 2006 o OP Digital (OPD). Segundo Cunha, Allegretti e Matias, (2007) a Internet era utilizada em Belo Horizonte até 2006 para divulgação de informações e mapas de obras realizadas pelas modalidades

presencial do OP (Regional e Habitação). A partir de 2006 os munícipes também puderam escolher algumas obras pré-definidas pela prefeitura em conjunto com as COMFORÇA (Conselhos de Fiscalização e Acompanhamento do Orçamento Participativo). Ainda não existem muitos estudos profundos sobre esta experiência, mas nota-se uma forte ampliação quantitativa na participação mediada pela internet. Estas duas iniciativas em cidades mineiras convergem para a posição de vários autores (SANTOS, 2002; CUNHA; ALLEGRETTI; MATIAS, 2007; SANCHEZ, 2002; DUTRA; BENEVIDES, 2001) que defendem o uso conjunto do OP presencial e virtual, com o objetivo de reduzir o custo de participação democrática. Seria este o início de uma redefinição desta experiência e começo de uma fase “digital” na história do OP?

O OP digital de Belo Horizonte (OPD)

O OP Digital consiste num processo de votação através da em obras e ações para a cidade. Só podem votar cidadãos maiores de 16 anos com domicílio eleitoral em Belo Horizonte. A votação acontece mediante o número do título de eleitor. Segundo o Relatório do Prêmio do Observatório de Democracia Participativa (BELO HORIZONTE, 2007, p.4) as motivações para a criação desta modalidade de participação eletrônica foram:

[...] a incorporação e envolvimento de novos atores aos processos participativos e decisórios da cidade através de um mecanismo que permitisse efetivamente a participação e a validação de votos que viessem por meio digital [...] pretendeu-se promover a expansão da participação popular, divulgar o OP para camadas da população que normalmente não se envolvem em seus processos, tais como setores da classe média e a juventude e incidir também na promoção da inclusão digital utilizando os recursos que a internet possibilita.

O OPD é uma modalidade que ainda está em construção, mas demonstra um grande potencial em termos de participação agregativa, como exposto em outras seções deste trabalho. Trata-se de uma experiência recente que em sua curta história já chama a atenção por seus números, ainda que apenas os números não representem aprimoramentos qualitativos no processo decisório.

A primeira edição do OP Digital de Belo Horizonte (2006) teve seu desenvolvimento metodológico, divulgação e operacionalização planejado por um grupo de trabalho ligado à Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento (SMAPL) que realizou a pré-seleção de 36 empreendimentos (nove em cada regional) de acordo com a sua abrangência e relevância

social. Estes empreendimentos foram apresentados às COMFORÇAs de cada Regional Administrativa para que fossem indicados três empreendimentos para a votação eletrônica. A apresentação do OP Digital foi feita pelo Prefeito Municipal durante a abertura do OP Regional. Para viabilizar sua operação foi estabelecida uma parceria com o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) para fornecimento do banco de dados dos eleitores para fins de validação e acesso dos cidadãos ao *site* do OPD. Feito isto, iniciaram-se as campanhas de divulgação e instalação dos equipamentos para votação em diversos pontos da cidade, culminando com a votação eletrônica e a divulgação dos resultados. As obras eleitas foram então incluídas no Plano Municipal de Prioridades Orçamentárias do OP Regional e os resultados divulgados via Internet para a população (BELO HORIZONTE, 2007).

O processo de votação eletrônica é relativamente simples: o cidadão acessa o *site*, digita o número do Título de Eleitor e, finalmente, seleciona a obra que deseja votar. O *website* informa em tempo real o resultado parcial da votação contabilizando os votos pela internet e por regional (NABUCO, 2008). Para permitir um acesso amplo ao *site* de votação a Prefeitura se mobilizou para disponibilizar postos de informação e de votação. Além da mobilização da Prefeitura várias organizações e pessoas se organizaram para prover locais de votação. Até o momento foram realizadas três votações através da modalidade do OPD. A primeira em 2006 tinha como objetivo escolher uma grande obra por regional. A segunda edição do OPD ocorreu em 2008 quando a população pode escolher de uma grande obra viária para a cidade entre cinco opções disponíveis. A terceira em 2011 com um formato similar ao de 2006, com obras por regionais.

Em termos de capilaridade espacial e números absolutos de participação, o OP Digital sem dúvida chama a atenção. “Ao final do processo de votação foram contabilizadas 217.655 visitas ao *Website*, 593 *e-mails* enviados (“Fale Conosco”), na “Opinião do Cidadão” foram postadas 1.950 mensagens e 30.035 usuários indicaram o *site* a um conhecido.” (BELO HORIZONTE, 2008b, p.15). O processo de votação “[...] teve início no dia 11 de novembro de 2008 sendo encerrado em 08 de dezembro do mesmo ano. Durante estes 27 dias foram registradas visitas provenientes de 69 países.” (BELO HORIZONTE, 2008b, p.15). Com uma votação expressiva para uma experiência que esta em sua segunda edição um dos principais objetivos da prefeitura foi atingido: o alargamento da participação (considerando os votantes no OP Digital).

Segundo Cunha, Allegretti e Matias, (2007) a participação no OP Regional em BH, ao longo dos anos, foi caracterizada, sob o ponto de vista agregativo, pela inconstância. Neste

sentido o OPD consistiu em um avanço quantitativo em termos de números absolutos de participantes. O OP Regional, no período 1994/2008, registrou mais de 302 mil participantes, já o OP Habitação (mais uma modalidade presencial de orçamentação participativa, destinada a temas habitacionais) referente ao período 1996/2008 registrou mais de 40 mil participantes. O OPD, por sua vez, em apenas uma votação (referente ao ciclo orçamentário 2007/2008) registrou mais de 172 mil participantes. Esta tentativa de alargamento da agregação não possui um cunho somente quantitativo, mas também intenção de atingir novos públicos que, por razões diversas, não dispunham de tempo para participar das assembleias ou dificuldades para se deslocar até o local dos debates não participavam do OP Regional. Em especial os jovens que estavam, até então, ausentes no processo.

Apontamentos conclusivos

O OP Digital, que ainda não é uma experiência madura, chama atenção, principalmente por seus números: aproximadamente 10% da base eleitoral de Belo Horizonte e um grande número de acessos ao *site* a partir de vários países com muita exposição nas mídias de massa. Um olhar desavisado pode sugerir que a visão exposta por Gomes (2007a) da separação do *demos* (povo) e do *krátia* (governo, poder) estaria sendo superada na medida em que mais pessoas estariam se aproximando do governo. Mas, não é bem assim, ao menos é o que se nota a partir do detalhamento desta experiência democrática do OPD.

Para que exista uma real integração entre o *demos* e a *krátia*, principalmente a partir de experiências como o OPD é fundamental que algumas limitações estruturais do atual modelo hegemônico de democracia representativa sejam ultrapassadas, como a tecnoburocracia que faz com que as decisões sejam centralizadas e técnicas. De modo que os especialistas monopolizem o conhecimento para a tomada de decisões afastando a sociedade civil do processo decisório o procedimentalismo que faz com que a organização político-administrativa e a definição das regras do processo deliberativo venham de cima para baixo, tornando a participação no máximo consultiva; (c) e o controle social que, na democracia representativa é muito limitado.

Para Santos (2002), alguns indicadores mostram que a democracia é vivenciada e o povo, de fato, se aproxima do governo e do poder, quais sejam: a tecnodemocracia em oposição à tecnoburocracia, permitindo que as decisões sejam fruto da mescla de critérios técnicos e populares, logo, a vontade da população ganharia efetividade; o participacionismo em oposição ao procedimentalismo, permitindo que regras do processo participativo sejam

definidas conjuntamente entre a sociedade civil e o governo, ou seja, a participação passa a ser vista como deliberação possibilitando um processo auto organizativo; e, finalmente, o controle social que se dá permanentemente ao longo de todas as etapas de efetivação das decisões.

Nas primeiras experiências do OP, nas suas fases iniciais, encontramos pistas de que estas características seriam atendidas e mesmo a literatura a respeito referenda tal ideia (SANTOS, 2002; AVRITZER, 2006; MARQUETTI et al., 2008). Nas fases iniciais existia um nítido fortalecimento do **civis** e da **civitas**, Pires (2000, p.70) afirmou que o OP “é uma oportunidade para a tomada de consciência que abre alas para a cidadania”. Se este “sentimento” emana de trabalhos sobre as primeiras iniciativas do orçamento participativo, o mesmo não pode ser afirmado no caso da versão digital deste instituto participativo.

Este *paper* tentou mostrar que por trás dos números relativos à participação no OPD existe uma experiência de baixa intensidade democrática. Nota-se isso pelo fato de que a tecnodemocracia, o participacionismo (em termos deliberativos) e o controle social são fracamente percebidos, e principalmente por que não existe um processo de debate mais intenso e de negociação de demandas entre os cidadãos (*civis*) sobre os problemas da cidade (*urb*) com o governo, o poder instituído (*krátia*) como ocorre no OP presencial.

Acredita-se que um passo foi dado no sentido de descrever uma iniciativa de participação democrática via internet. Muito ainda deve ser feito no sentido de aprimoramento do OPD e muito ainda deve ser pesquisado sobre democracia eletrônica. Este *paper* resultou do esforço para, através de um olhar da teoria democrática, analisar uma experiência de *e-democracy*. Deixando de lado as descrições de cunho meramente técnico⁶ e análises focadas exclusivamente na tecnologia pretendeu-se imprimir um caráter ideológico para uma arena de embates tão efervescente que é caracterizada pela participação popular através da internet.

Admitimos que nosso esforço analítico foi limitado em termos de seu alcance. Daí, achamos que este foi só o primeiro passo visando conhecer mais detalhadamente o OP Digital. Um novo esforço de análise seria importante para desvendar outras faces da participação eletrônica, como por exemplo, se o OPD influencia positivamente a participação do OP Regional, ou se o OPD inclui novos atores ao processo participativo do OP Regional. Quem participa do OP Digital? Isso poderá esclarecer, por exemplo, se está se falando de uma

⁶ Entendam-se como análises de cunho técnico aquelas focadas na ferramenta como, por exemplo, princípios de usabilidade, interatividade bilateral e multilateral, provisão de informações etc. De forma alguma se nega aqui a importância de estudos desta natureza, porém alerta-se para a necessidade de outros olhares sobre as práticas de democracia digital.

experiência combinada entre o OP Regional e o Digital que supera as barreiras da exclusão digital. Ou então se está se criando dois orçamentos participativos distintos: uma para uma classe dominada tentar fazer valer sua opinião e sua voz e outro para que uma pequena elite participe de uma consulta digital. Esta também seria uma ideia passível de investigação posterior.

O que ficou claro para nós é que o potencial latente das tecnologias da informação foi relativamente apropriado pelo OP Digital, ainda que o potencial deliberativo tenha sido um ponto de fragilidade. Entretanto pelas características que foram observadas nesta experiência é possível que até o nome “orçamento participativo” soe inadequado, haja vista que esta iniciativa pouco tem a ver com a concepção original de um OP e menos ainda com sua dinâmica e sua prática. Neste sentido, corre-se o risco de se cair em um instrumentalismo destas iniciativas de *e-democracy* e, nestes casos, mais participação não necessariamente quer dizer mais democracia.

TO THE ANALOGIC TO DIGITAL: DEMOCRACY, INTERNET AND PARTICIPATIVE BUDGETING

ABSTRACT: This article focuses on the popular participation in the democratic system mediated by the internet. The theoretical part is based in a view that the democracy and political system have a crisis of legitimacy. Currently this situation is intensified by the speed and influence of new technologies creating a new type of participation in public management, called e-democracy. A recent case of electronic democracy in the Brazilian is the focus of this article: the Digital Participatory Budget in Belo Horizonte - MG. This article explores this experience, identifying characteristics and charting its history. The trajectory of participatory budget "analogical" was recovering, until the digital version. The methodology used is a single case study and the research is a analytical interpretation. The methods employed were the Direct Observation and Documentary Research. We come to the conclusion that the potential of information technology was appropriated by Digital Participatory Budget. However is cautioned about the risk of falling into one of these initiatives and instrumentalism of e-democracy so that, in this case, more participation is not necessarily more democracy.

KEYWORDS: E-democracy. Democracy. Internet. Digital Participatory Budget.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. A relevância política da participação popular. **Le Monde Diplomatique - Brasil**, São Paulo, v.2, n.20, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=482>>. Acesso em: 01 set. 2009.

_____. **Sociedade civil e participação social no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, [2006]. Disponível em: <http://ligiatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/1b1f265f82523b57537f1cfac0b66dee.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2009.

_____. **A moralidade da democracia**: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; São Paulo: Perspectiva, 1996.

BAPTISTA, A. T. **Chico Pinto, a voz que desafiou os coronéis**. Feira de Santana: Câmara Municipal, 2013.

BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Anuário estatístico 2008**. Belo Horizonte, 2008a.

BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento**. Belo Horizonte, 2008b.

BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do Prêmio do Observatório de Democracia Participativa - OIDP**. Belo Horizonte, 2007.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CUNHA, E.; ALLEGRETTI, G.; MATIAS, M. As tecnologias de informação e comunicação na gramática dos orçamentos participativos: tensões e desafios de uma abordagem essencialmente subordinada. In: ENCONTRO DA COMPOLITICA, 2., 2007, Belo Horizonte. **Anais eletrônico**... Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/gt_cd-eleonora.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2009.

DAHLGREN, P. The public sphere and the net. In: BENNETT, W. L.; ENTMAN, R. M. (Org.). **Mediated politics**: communication in the future of democracy. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p.33-55.

DUTRA, O.; BENEVIDES, M. V. **Orçamento participativo e socialismo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

ECO, U. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

FARIA, A.; PRADO, O. **Orçamento participativo interativo**: 20 experiências de gestão pública e cidadania. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

FEDOZZI, L. **Observando o orçamento participativo de Porto Alegre**: análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.

FREITAG, B.; ROUANET, S. P. (Org.). **Habermas**. São Paulo: Ática, 2001.

GOMES, W. Democracia digital: que democracia? In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 2., 2007, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos**..., Belo Horizonte, 2007a. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/gt_ip-wilson.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2009.

_____. Uma agenda de pesquisa sobre “democracia digital”. In: JORNADA DE COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA, 4, 2007, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, UFMG, 2007b. Não paginado.

_____. Internet e participação política em sociedades democráticas. In: ENCONTRO LATINO DE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CULTURA, 5., Salvador, 2005. **Anais...** Salvador: UFBA, 2005. Disponível em: < <http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/pdf/WilsonGomes.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

GONÇALVES, H. L. **Uma visão crítica do orçamento participativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

HACKER, K. L. **The potential of computer-mediated communication (CMC) for political structuration**. Javnost-The Public, Ljubljana, v.11, n.1, p.5–25, 2004.

LEVY, P. **O que é o virtual**. São Paulo: 34, 2003.

LILLEKER, D. G.; JACKSON, N. Review article: politics, citizens and cyberspace. **European Journal of Communication**, v.19, n.3, p.403-408, Aug. 2004. Disponível em: < <http://ejc.sagepub.com/content/19/3.toc> >. Acesso em: 12 fev. 2009.

LOJKINE, J. **A revolução industrial**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

MARQUES, V. T. et al. Orçamento Participativo, sociedade civil e hegemonia: dilemas da abertura de novos espaços deliberativos nas esferas públicas locais. In: SEMINÁRIO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2., 2006, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2006. Não paginado.

MARQUETTI, A. et al. (Org.). **Democracia participativa e redistribuição: análise de experiências de orçamento participativo**. São Paulo: Xamã, 2008.

NABUCO, A. L. Democracia eletrônica: orçamento participativo digital de Belo Horizonte. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2008, p.1-14.

OLIVEIRA, F. de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Pólis; EAESP/FGV, 2001.

PINHO, J. A. G. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.42, n.3, p.471-493, maio/jun. 2008.

PINHO, J. A. G.; WINKLER, I. Dabliu, dabliu, dabliu: sociedade da informação: que informação? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. Disponível em: <

http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2007/APS/2007_APSATC2.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2009.

PIRES, Valdemir. **Participação da sociedade nos processos orçamentários**: a experiência brasileira recente. 2000. Monografia inscrita no V Prêmio de Monografia do Tesouro Nacional. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/VPremio/sistemas/1siafpVPTN/PIRES_Valdemir.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2009.

PIRES, Roberto R. C. **Orçamento participativo e planejamento municipal**: uma análise neoinstitucional a partir do caso de Belo Horizonte. 2001. 147f. Monografia (Bacharelado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2001.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

RANCIÈRE, J. **Hatred of Democracy**. London: Verso, 2007.

REZENDE, D. A.; FREY, K.; BETINI, R. C. Governança e democracia eletrônica na gestão urbana. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM GESTÃO URBANA, 2003, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2003. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29555-29571-1-PB.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2009.

RODGERS, J. **Spatializing international politics**: analysing activism on the internet. Nova Iorque: Routledge, 2003.

ROTHBERG, D. Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica. **Opinião pública**, Campinas, v.14, n.1, p.149-172, jun. 2008.

SANCHEZ, F. **Orçamento participativo**: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, B. de S. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Coleção Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos).

SEMINÁRIO PELA MÃO DE MARX: mercado, estado e sociedade civil no século XXI, 2009, Coimbra. **Anais...** Coimbra: CES, 2009.

SILVA, S. Participação política e internet: propondo uma análise teórico-metodológica a partir de quatro conglomerado de fatores. In: CONGRESSO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 1., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2006. Não paginado.

SUBIRATS, J. **Los dilemas de una relacion inevitable**: innovacion democrática y tecnologias de la informacion y de la comunicacion. Universidad Autónoma de Barcelona. 2002. Disponível em: <<http://www.democraciaweb.org/subirats.PDF>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.